



Estratégia
Carreira Jurídica

1º SIMULADO INÉDITO:

DELEGADO DA

PCPR



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 – Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
- 2 – A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 – **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 – Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 – Você terá das **8h30 às 13h** para responder às questões;
- 6 – O caderno de questões comentado estará disponível na área do aluno.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-PR-25-04-20>



Cartão de Respostas									
1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	

PROVA OBJETIVA**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thálius Moraes

01. Com referência a conceitos, fontes e princípios do direito administrativo e dos conceitos de Estado e Governo, assinale a opção correta.

a) Os costumes são fontes diretas do direito administrativo, desde que sejam secundum legem.

b) As decisões judiciais com efeitos vinculantes ou eficácia erga omnes são consideradas fontes secundárias de direito administrativo.

c) Povo, território e governo soberano são elementos indissociáveis do Estado.

d) A aplicação do princípio da segurança jurídica impossibilita a invalidação dos atos administrativos.

e) No direito administrativo, adota-se o modelo francês de jurisdição como forma de controle da administração.

02. A respeito do regime jurídico aplicável às empresas públicas, assinale a alternativa correta.

a) As empresas estatais exploradoras de atividade econômica são dispensadas da obrigação de realizar licitação para contratar.

b) Os empregados públicos das empresas públicas são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio.

c) Os servidores das empresas públicas que explorem atividade econômica não se submetem à vedação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

d) As empresas públicas submetem-se ao controle administrativo denominado supervisão ministerial ou secretarial.

e) O Poder Judiciário pode exercer controle interno de atos, atividades e omissões de empresas públicas, por meio de ações judiciais.

03. Acerca do regime jurídico das autarquias, é correto afirmar que

a) as autarquias devem ser criadas por meio de lei específica e a aquisição de sua personalidade jurídica se dá mediante registro na Junta Comercial competente.

b) as autarquias são dotadas de autonomia política, administrativa e financeira.

c) a remuneração dos servidores das autarquias estaduais não se encontra submetida à regra do teto remuneratório estabelecido pela Constituição Federal.

d) diferentemente dos entes federados, as autarquias não possuem imunidade tributária no desempenho de suas atividades.

e) os pagamentos devidos pelas autarquias em virtude de condenação em sentença judicial devem observar o regime de precatórios.

04. Acerca da matéria de organização administrativa brasileira, a descentralização administrativa

a) consiste na distribuição de competências e responsabilidades dentro de uma mesma pessoa jurídica, caso em que inexistente hierarquia ou subordinação.

b) pode ocorrer por meio da transferência de competências para pessoas da Administração indireta, situação sujeita ao princípio da reserva legal.

c) é pautada por uma relação de subordinação.

d) sempre será realizada mediante lei ou contrato administrativo.

e) por delegação transfere a execução e titularidade de um determinado serviço público.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

05. Acerca das regras constitucionais que tratam dos servidores públicos, assinale a alternativa incorreta.

a) É vedada a adoção de requisitos ou critérios diferenciados para concessão de benefícios em regime próprio de previdência social, salvo, além de outros casos, na hipótese de servidores policiais.

b) É vedada a vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

c) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.

d) Os vencimentos dos cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

e) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

06. Considerando as regras constitucionais acerca da acumulação remunerada de cargos públicos, considere os seguintes itens.

I – É admitida como regra geral, desde que exista compatibilidade de horários.

II - A proibição de acumular estende-se a empregos e funções, abrangendo, também, as sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

III – Em caso de acumulação lícita, o teto remuneratório será calculado sobre cada cargo isoladamente.

Está correto apenas o disposto em:

a) I, II e III.

b) II e III.

c) apenas II.

d) Apenas III.

e) Nenhuma das assertivas.

07. Em relação ao poder de polícia administrativo, assinale a alternativa correta.

a) Dado ao seu atributo da discricionariedade, sempre será exercido mediante critérios de conveniência e oportunidade.

b) Decorre da relação de subordinação existente entre o administrado e a Administração Pública.

c) A aplicação de multa contratual a uma empresa particular decorre do poder de polícia.

d) O poder de polícia é tratado apenas no âmbito da legislação infraconstitucional.

e) O poder de polícia permite que a autoridade competente interdite um restaurante, independente de defesa prévia.

08. Considerando os poderes da Administração Pública, considere os seguintes itens.

I – O poder disciplinar, decorrência do poder hierárquico, representa o poder-dever de a Administração Pública punir seus servidores quando cometam faltas.

II - O poder hierárquico tem aplicação no exercício da atividade jurisdicional, com o objetivo de evitar abusos e ilegalidades que possam ser cometidos por magistrados.

III – O poder hierárquico reflete a competência que a autoridade competente possui para dar ordens, de fiscalizar, de delegar, de avocar, e de rever os atos dos seus subordinados.

Está correto apenas o disposto em:

a) I e III.

b) II e III.

c) I e II.

d) Apenas I.

e) Apenas II.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

09. Acerca da polícia judiciária e da polícia administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Enquanto a polícia judiciária é predominantemente repressiva, a polícia administrativa é eminentemente preventiva.
- b) Ambas as polícias podem ser exercidas pelos órgãos de segurança pública.
- c) A polícia administrativa pode incidir sobre bens, atividades, direitos e sobre o próprio indivíduo, com o intuito de proteger o interesse coletivo.
- d) A condenação de um acusado em um processo criminal reflete o exercício da polícia judiciária.
- e) Dado o atributo da autoexecutoriedade, todos os atos emanados do poder de polícia administrativa podem ser executados independente de intervenção judicial.

10. Acerca da invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por uma autoridade policial, é correto afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por questão de conveniência e oportunidade, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Executivo.
- b) invalidado e revogado por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- c) revogado e anulado por questão de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- d) invalidado e revogado, por questão de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.
- e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e ou mesmo pelo Poder Judiciário.

11. Acerca dos atos administrativos, assinale a alternativa correta acerca da convalidação dos atos administrativos.

- a) Produz efeitos ex nunc, ou seja, a partir do momento em que o vício foi sanado.
- b) É o processo de que se vale a Administração para aproveitar atos administrativos com vícios superáveis ou sanáveis, de forma a confirmá-los no todo ou em parte, como no caso de vícios na competência, motivo e forma.
- c) Ocorre quando a autoridade competente ratifica um ato praticado indevidamente por agente administrativo sem poderes para tal, aproveitando necessariamente todo o ato.
- d) Pressupõe a retificação de vícios sanáveis e necessariamente ocorre sobre todo o ato, não podendo ocorrer convalidação parcial, hipótese em que somente caberia a invalidação do ato e edição de um novo.
- e) Somente pode ser feita quando não gerar prejuízos para o interesse público ou para terceiros.

12. A delegação da prestação de um serviço público, feita mediante licitação, a título precário, para pessoa jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, denomina-se

- a) permissão de serviço público.
- b) licitação de serviço público.
- c) autorização de serviço público.
- d) regulamentação de serviço público.
- e) concessão de serviço público.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

13. Acerca do controle da administração pública, analise os próximos itens.

I - Em nenhuma hipótese é possível a revogação, pelo Poder Judiciário, de atos administrativos praticados pelo Poder Executivo.

II - Quando um Tribunal revoga uma licitação que ele estava realizando, estará exercendo o controle administrativo de seus atos.

III - A legislação infraconstitucional não pode criar uma modalidade inovadora de controle externo, não prevista constitucionalmente.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

14. Conforme disposições constitucionais, os Tribunais de Contas são órgãos de controle

- a) interno, que auxiliam o Poder Legislativo na fiscalização financeira e orçamentária.
- b) externo, que auxiliam o Poder Legislativo na fiscalização financeira e orçamentária.
- c) interno, que auxiliam o Poder Judiciário na fiscalização financeira e orçamentária.
- d) externo, que auxiliam o Poder Judiciário na fiscalização financeira e orçamentária.
- e) financeiro, que integram o Poder Judiciário das diversas esferas da federação.

15. Considerando as regras e disposições doutrinárias e jurisprudenciais acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

a) A condenação do Estado em ação indenizatória ajuizada em razão de dano causado por servidor público enseja a responsabilização do servidor em ação

regressiva, independente da configuração de dolo ou culpa na sua conduta.

b) O servidor que, no exercício da função, causar dano a um terceiro, poderá responder juntamente com o Estado na ação indenizatória, caso tenha agido com dolo ou culpa.

c) Para a responsabilização estatal é irrelevante que a conduta tenha sido comissiva ou omissiva.

d) A participação da vítima para a ocorrência do evento danoso pode atenuar ou até mesmo excluir a responsabilização estatal.

e) Todos os entes da Administração Pública respondem de forma objetiva, não sendo necessária a comprovação do dolo ou culpa do agente causador do dano.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

16. A respeito do Poder Executivo assinale a opção correta:

a) O Presidente da república na vigência do seu mandato não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício das suas funções, trata-se da chamada "imunidade penal relativa". Tal prerrogativa é assegurada ao Presidente pela sua condição de Chefe de Governo.

b) A prerrogativa em relação à prisão impede que o Presidente da República seja submetido a qualquer modalidade de prisão processual (flagrante, preventiva e provisória), o que significa que ele, nas infrações penais comuns, não poderá ser preso enquanto não sobrevier sentença condenatória, prolatada pelo STF, qualquer que seja a natureza do crime.

c) Após autorização proferida pela Câmara dos Deputados pelo quórum de 2/3, caberá ao Senado Federal julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade. Contudo, o Senado não é obrigada a instaurar o processo de impeachment, podendo realizar novo juízo de admissibilidade da denúncia, recebendo esta pelo quórum de maioria simples, ocasião em que o Presidente será afastado das suas atribuições.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

d) Compete exclusivamente a União a definição de crimes de responsabilidade.

e) Compete privativamente ao Presidente da República a concessão de indulto, anistia e a comutação de penas.

17. A respeito do Poder Legislativo e do Poder Executivo assinale a opção correta:

a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado, tal prerrogativa é extensível aos codenunciados que não estejam investidos em tais funções.

b) É competência privativa do Senado Federal resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;

c) Compete ao Presidente da República decretar o Estado de Sítio, o Estado de Defesa e a Intervenção Federal, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.

d) É competência legislativa do Congresso Nacional a fixação de subsídios dos Ministros do STF, do Presidente da República e de Ministros de Estado.

e) Compete ao Senado Federal processar e julgar o Presidente da República e o Vice-presidente nos crimes de responsabilidade, cabendo ao senado também julgar os Ministros de Estado e os comandantes das forças armadas nos crimes da mesma natureza, desde que conexos com o do Presidente da República.

18. Assinale a alternativa correta que corresponda à previsão da Constituição Federal de 1988 e da interpretação do STF sobre a repartição de competências entre os entes federativos:

a) É concorrente a competência da União e dos estados para legislar sobre a organização, os direitos e os deveres das polícias civis dos estados.

b) Em se tratando de competência legislativa concorrente, caso um Estado X legisle de forma plena sobre normas gerais e específicas, e, posteriormente, sobrevenha lei federal sobre normas gerais, a lei estadual será abrogada no que lhe for contrário.

c) É competência concorrente da União e dos estados autorizar e fiscalizar a produção e o comércio de material bélico, motivo pelo qual declarou o STF constitucional lei estadual que autoriza a utilização, pelas polícias civil e militar de armas de fogo apreendidas.

d) É competência dos estados explorar os serviços de transporte rodoviário interestadual.

e) É constitucional lei estadual que disponha sobre bloqueador de sinal de celular em presídio, uma vez que é competência concorrente da União e dos Estados legislar sobre direito penitenciário.

19. Conforme disposições constitucionais a respeito da Segurança Pública, assinale a alternativa INCORRETA:

a) O poder constituinte originário, ao tratar da segurança pública, fez menção expressa à segurança viária, atividade exercida para a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e de seu patrimônio nas vias públicas.

b) A segurança pública, exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, é responsabilidade de todos.

c) os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Destarte, é constitucional a atribuição às guardas municipais do exercício de poder de polícia de trânsito, inclusive para imposição de sanções administrativas legalmente previstas.

d) De acordo com o STF o exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado aos policiais civis e a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

e) De acordo com o STF a escolha do Superintendente da Polícia Civil, deve ser feita pelo Governador, dentre delegados e delegadas de carreira, independente do estágio de sua progressão funcional.

20. A respeito do chamado “Sistema Constitucional das Crises”, assinale a alternativa correta:

a) É requisito indispensável para a decretação de estado de defesa e de sítio a prévia solicitação de autorização feita pelo Presidente da República dirigida ao Congresso Nacional, que somente será concedida se aprovada pela maioria absoluta de seus membros.

b) O Presidente para decretar o Estado de Sítio e o Estado de Defesa deverá ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, cujas manifestações vinculam a decisão do Presidente.

c) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.

d) É medida permitida tanto no Estado de Defesa quanto no Estado de Sítio, a possibilidade de detenção em edifício não destinado a acusados ou condenados por crimes comuns.

e) A Mesa do Congresso Nacional, ouvidos os líderes partidários, designará Comissão composta de quinze de seus membros para acompanhar e fiscalizar a execução das medidas referentes ao estado de defesa e ao estado de sítio.

21. A respeito do Poder Judiciário, considere:

I. Crime de homicídio realizado em reserva indígena, qualquer que seja o motivo do crime, será de competência da Justiça Federal

II. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

III. Compete ao STF julgar mandado de segurança quando a autoridade coatora for Ministro de Estado.

Assinale a alternativa correta:

a) I e II estão corretas;

b) II e III estão corretas;

c) Apenas a I está correta

d) Apenas a II está correta

e) Apenas a III está correta.

22. A respeito das disposições constitucionais e jurisprudenciais sobre nacionalidade, assinale a alternativa correta:

a) As hipóteses de perda da nacionalidade constam em rol exemplificativo.

b) Filho de brasileiro naturalizado não poderá ser brasileiro nato.

c) A concessão da nacionalidade adquirida a estrangeiros, qualquer que seja a sua modalidade, será realizada através de ato discricionário do Chefe do Executivo, por se tratar de exercício da soberania nacional.

d) A naturalização pode se dar de forma expressa ou tácita, entretanto, na atual ordem constitucional só se admite a naturalização expressa.

e) Brasileiro naturalizado poderá ser extraditado por crime comum ou pelo comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, mas desde que esses crimes tenham sido cometidos antes da naturalização.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

23. Com base nas normas constitucionais aplicáveis aos Direitos Políticos e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

a) Os requisitos de elegibilidade se confundem, no plano jurídico-conceitual, com as hipóteses de inelegibilidade, de modo que os critérios de elegibilidade só podem derivar de norma inscrita em lei complementar.

b) É válido o cancelamento do título do eleitor que, convocado por edital, não comparecer ao processo de revisão eleitoral, em virtude do que dispõe o art. 14, caput e §1º, da Constituição de 1988

c) A regra de perda do mandato por infidelidade partidária se aplica aos candidatos eleitos pelo sistema eleitoral proporcional e majoritário.

d) Vice-governador de estado que não tenha sucedido ou substituído o governador durante o mandato precisará se desincompatibilizar do cargo atual no período de seis meses antes do pleito para concorrer a outro cargo eletivo.

e) O cidadão que exerce dois mandatos consecutivos como prefeito de determinado Município poderá se candidatar e ser validamente eleito para o cargo da mesma natureza, desde que em outro Município da Federação.

24. Com base nas normas constitucionais aplicáveis aos Direitos Sociais e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

a) A licença-maternidade, que abrange tanto a gestante quanto a adotante, ambas com idêntico prazo de duração e prorrogação, configura-se como um dos direitos sociais dos trabalhadores urbanos e rurais.

b) Aos servidores públicos civis se estende a garantia constitucional do salário mínimo, dessa forma o valor do vencimento básico não poderá ser inferior ao salário mínimo.

c) a vedação da vinculação ao salário mínimo insculpida no art. 7º, IV, da Constituição visa impossibilitar a utilização do mencionado parâmetro como fator de indexação para as obrigações, dotadas ou não de caráter alimentar. Dessa forma, é inconstitucional a utilização do salário mínimo como base de cálculo do valor da pensão alimentícia.

d) A proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil se estende aos servidores públicos, não podendo ser estabelecido limite de idade para inscrição em concurso público.

e) É direito do trabalhador urbano o tratamento diferenciado quanto ao salário e aos critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

25. Com base nas normas constitucionais aplicáveis aos Remédios Constitucionais e na jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta:

a) O habeas corpus é o instrumento adequado para discutir o direito de visita a preso.

b) É cabível o mandado de segurança contra atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas e de sociedade de economia mista.

c) O direito de petição é um remédio constitucional de natureza administrativa. Traduz-se em direito público subjetivo de índole essencialmente democrática, na medida em que o seu exercício é universal.

d) O habeas data é via processual adequada ao atendimento de pretensão do autor de sustar a publicação de matéria em sítio eletrônico.

e) o habeas corpus profilático é cabível na hipótese de já ter sido consumado o constrangimento ilegal à liberdade.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

26. A respeito da classificação das Constituições e das normas constitucionais, assinale a alternativa correta:

- a) A supremacia material da norma constitucional decorre de sua rigidez, isto é, da existência de um processo legislativo distinto, especial e mais dificultoso.
- b) As cláusulas pétreas estabelecem limites temporais e circunstanciais de alteração da Constituição Federal.
- c) As normas programáticas, embora abstratas, possuem eficácia plena, produzindo os seus efeitos independentemente de regulamentação.
- d) As normas de eficácia limitada possuem eficácia jurídica imediata, direta e vinculante.
- e) Quanto à aplicabilidade das normas constitucionais, as normas de eficácia contida são aquelas que asseguram determinado direito, que não poderá ser exercido enquanto não for regulamentado pelo legislador ordinário.

27. O termo “Constituição” pode ser definido a partir de três acepções: Sentido sociológico, sentido político e sentido jurídico. A respeito do tema, julgue os itens a seguir:

- I- Na concepção sociológica, a Constituição deve representar a soma dos fatores reais do poder que formam e regem um determinado Estado, ou seja, das forças sociais que constituem o poder. Para Ferdinand Lassale, representante dessa doutrina, a Constituição só teria validade se correspondesse a realidade social, caso contrário não passaria de uma mera “folha de papel”.
- II- Para Carl Schimidt, o objeto da constituição são as normas que se encontram no texto constitucional, não fazendo qualquer distinção entre normas de cunho formal ou material.

III- ans Kelsen é o representante do sentido político que distingue Constituição de lei constitucional. Só se refere à decisão política fundamental (estrutura e órgãos do Estado, direitos individuais, vida democrática etc.); as leis constitucionais seriam os demais dispositivos inseridos no texto do documento constitucional.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas II e III são falsas.
- b) As assertivas I e II são verdadeiras.
- c) As assertivas I e III são falsas.
- d) As assertivas I, II e III são falsas.
- e) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

28. “O poder constituinte originário é aquele que instaura uma nova ordem jurídica, rompendo por completo com a ordem jurídica precedente.” Acerca do poder constituinte assinale a alternativa correta:

- a) Para Emmanuel Sieyès, criador da teoria do Poder Constituinte, a titularidade do poder constituinte é a Nação, conceito que se mantém até os tempos atuais no constitucionalismo moderno.
- b) É revolucionário todo o poder constituinte que rompa com um poder constituinte previamente estabelecido em uma determinada nação soberana.
- c) Adota-se, no Brasil, a teoria segundo a qual o poder constituinte originário não é totalmente ilimitado, devendo respeitar as normas de direito natural.
- d) O poder constituinte originário esgota-se, encerra-se quando é editada uma constituição, razão pela qual, além de ser inicial, incondicionado e ilimitado, ele se caracteriza pela temporariedade.
- e) O poder constituinte derivado decorrente é aquele de cujo exercício resulta a alteração do texto constitucional, revelando-se condicionado e limitado.

29. A respeito do processo legislativo, julgue os itens a seguir:

- I. O veto será apreciado em sessão unicameral, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores.
- II. É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- III. A Câmara dos Deputados é a casa onde se devem iniciar todos os projetos de lei de iniciativa do presidente da República, do STF ou de tribunal superior, cabendo ao Senado o papel de casa revisora.

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) As assertivas II e III são falsas.
- b) As assertivas I e II são falsas.
- c) As assertivas I e III são falsas.
- d) As assertivas I, II e III são falsas.
- e) Nenhuma das alternativas é verdadeira.

30. A respeito do título da Ordem Social, assinale a alternativa correta:

- a) É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional;
- b) Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em instituições públicas de fácil acesso.
- c) O patrimônio cultural brasileiro é constituído de bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.
- d) A definição, em todas as unidades da Federação, de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos depende de lei em sentido estrito.

e) Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, sem qualquer apreciação do Congresso Nacional.

DIREITO PENAL

Michael Procópio

31. Em março de 2018, Joaquim, mediante ameaça exercida com arma de fogo, abordou um grupo de três amigos, exigindo o celular de cada um deles, o que lhes foi entregue. Joaquim deve responder por:

- a) Crimes de roubo simples, em concurso formal.
- b) Crimes de roubo majorado em dois terços, em concurso formal.
- c) Crimes de roubo majorado de um terço até metade, em concurso formal.
- d) Crimes de roubo majorado de um terço até metade, em concurso material.
- e) Crimes de extorsão, em concurso material.

32. Assinale a alternativa incorreta sobre princípios:

- a) A infração bagatelar própria está ligada ao desvalor do resultado e/ou da conduta e enseja a atipicidade material do fato; já a imprópria exige o desvalor ínfimo da culpabilidade em concurso necessário com requisitos posteriores ao fato que levam à desnecessidade da pena no caso concreto.
- b) O princípio da legalidade penal, do é corolário o princípio da reserva legal, impede o uso dos costumes e analogia para criar tipos penais incriminadores ou agravar as infrações existentes.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

c) O princípio da lesividade, por exigir efetiva lesão jurídica aos bens jurídicos tutelados pela norma penal para a configuração do delito, levam ao reconhecimento da inconstitucionalidade dos crimes de perigo abstrato.

d) O direito penal possui natureza fragmentária, ou seja, somente protege os bens jurídicos mais importantes, pois os demais são protegidos pelos outros ramos do direito.

e) Conforme entendimento do STJ, o princípio da adequação social não justifica o arquivamento de inquérito policial instaurado em razão da venda de CDs e DVDs.

33. Assinale a alternativa correta sobre as penas:

a) Não cabe substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos no caso de réu reincidente em crime doloso.

b) A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, restando qualquer que seja o saldo de pena a cumprir.

c) A prestação pecuniária consiste no pagamento de valor ao Fundo Penitenciário, não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos. O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.

d) A perda de bens e valores pertencentes aos condenados dar-se-á, ressalvada a legislação especial, em favor do Fundo Penitenciário Nacional, e seu valor terá como teto – o que for maior – o montante do prejuízo causado ou do provento obtido pelo agente ou por terceiro, em consequência da prática do crime.

e) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, durante todo o dia, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

Durante a permanência, deverá prestar serviços à comunidade.

34. Assinale a alternativa que representa um entendimento consolidado no STJ:

a) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, salvo se o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

c) O crime de extorsão consuma-se com a obtenção da vantagem indevida.

d) O indulto extingue tanto os efeitos primários da condenação (pretensão executória), quanto os efeitos secundários, penais ou extrapenais

e) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, caso praticada em situação de autodefesa.

35. Assinale a alternativa correta sobre o crime do artigo 122 do Código Penal:

a) O auxílio à automutilação passou a integrar o artigo 122 do Código Penal com o advento da Lei 13.968/2019, não consistindo, entretanto, em novatio legis incriminadora, já que a conduta estava prevista em outro tipo penal.

b) Segundo entendimento majoritário, a tentativa não é admitida, já que o preceito secundário condiciona a pena ao resultado consistente em lesão corporal de natureza grave ou morte.

c) Se a conduta de instigação a automutilação resulta em lesão corporal de natureza gravíssima e é cometido contra menor de 14 (quatorze) anos ou contra quem, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência, incide o aumento de pena de um terço.

d) A pena é aumentada até o dobro se a conduta é realizada por meio da rede de computadores, de rede social ou transmitida em tempo real.

e) A pena é duplicada se o crime é praticado por motivo egoístico, torpe ou fútil, causa de aumento existente desde antes da alteração levada a efeito pela Lei 13.968/2019.

36. Analise as seguintes assertivas:

I – Para Günther Jacobs, a função da norma penal é garantir a sua própria vigência, com base no fato de o Direito Penal ser um sistema autopoietico. Por isso, caso o indivíduo seja recalcitrante e contumaz na desobediência das normas incriminadoras, deve ter um tratamento legislativo específico, diverso do cidadão comum, o que, para o professor Silva Sanchez, configura um Direito Penal de terceira velocidade.

II – Para o funcionalismo sistêmico ou radical, o bem jurídico tem função nuclear, determinando a validade das normas penais incriminadoras, que somente serão válidas na medida em que necessárias para salvaguarda de tais interesses, selecionados pelo princípio da fragmentariedade.

III – Para Roxin, a culpabilidade é imprescindível para que haja aplicação de pena ao indivíduo. Entretanto, entende que, ainda que seja pressuposto, não é condição suficiente, de modo que a finalidade preventiva da pena deve levar à exigência de sua necessidade, no caso concreto, para sua imposição. Não compactua, assim, com Von Liszt, que concebe o Direito Penal como barreira intransponível da política criminal.

IV – O funcionalismo entende que a culpabilidade é psicológica, de modo que a consciência da ilicitude deve ser atual para a configuração do crime.

Está(s) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- a) I, II e III.
- b) I e III.
- c) II e IV.
- d) II, III e IV.

e) III e IV.

37. Sebastião, recém aprovado no concurso de auditor fiscal da SEFAZ-Paraná e com lotação já definida por ato administrativo na sua própria cidade natal, procurou empresários de Maringá e solicitou um auxílio para realizar uma festa de posse com sua família, explicando que atuaria na região e queria manter boa relação com o empresariado.

Chegando a notícia ao Delegado da cidade, ele deve indiciar Sebastião por:

- a) Concussão.
- b) Corrupção passiva.
- c) Extorsão.
- d) Extorsão indireta.
- e) Corrupção ativa.

38. César, prefeito de Londrina, realizou contratos emergenciais para enfrentar a pandemia de COVID-19. Por meio das contratações, superfaturou os valores e participou de vários esquemas, de modo que conseguiu receber ilicitamente a quantia de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais). Foi investigado e restou condenado por peculato, com sentença transitada em julgado.

A respeito do caso, assinale a alternativa correta:

- a) Como usou o seu carro próprio para ir assinar os contratos, deve haver sua perda, já que se considera instrumento do crime.
- b) A perda do produto do crime depende de declaração expressa pelo juiz na sentença.
- c) Em referido caso, poderá ser decretada a perda, como produto ou proveito do crime, dos bens correspondentes à diferença entre o valor do patrimônio do condenado e aquele que seja compatível com o seu rendimento lícito.
- d) Por ter sido aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, há efeito automático de perda do cargo, em decorrência do *quantum* de pena imposta.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

e) Para fins do chamado confisco alargado, podem ser considerados como seu patrimônio, além dos bens de sua titularidade, aqueles transferidos a terceiros a título gratuito ou mediante contraprestação irrisória, a partir da sua posse no cargo público.

39. Sérgio Esperto, primário, foi condenado a 60 anos de reclusão por vários processos de peculato, em razão de várias condutas ilícitas praticadas como policial militar em Curitiba. Assinale a alternativa correta:

a) Se preenchidos os requisitos subjetivos, poderá obter livramento condicional após 20 anos de reclusão, em razão de ser considerada a pena total para a concessão da benesse.

b) Se praticada falta grave por ele, o cálculo deve ser interrompido tanto para livramento condicional, quanto para progressão de regime, em razão das regras modificadas pelo Pacote Anticrime.

c) A progressão de regime fica condicionada à reparação do dano que causou, ou à devolução do produto ou ilícito praticado, mas não aos acréscimos legais, que devem ser cobrados na esfera cível.

d) Praticada falta grave por ele, o cálculo de lapso temporal para a concessão de comutação deve ter seu prazo interrompido.

e) Em razão do limite de 40 anos, modificado pela Lei 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, devem os cálculos de cumprimento de pena, para fins de obtenção dos benefícios de execução penal, considerar referido montante

40. Roberson tem a ideia de roubar alguns automóveis de uma grande concessionária em Foz do Iguaçu. Procura, assim, um dono de revenda de carros de Florianópolis, Laércio, e combina previamente quais os veículos desejados e o preço, deixando claro que seriam roubados e que venderia por preço inferior ao de mercado. Consumado o crime, é preso com os veículos quando fogia com um caminhão cegonha, já no Estado de Santa Catarina, a caminho da Capital Catarinense.

Deste modo, Laércio deve responder por:

a) Lavagem de dinheiro.

b) Roubo majorado, na modalidade consumada.

c) Roubo tentado.

d) Favorecimento real.

e) Receptação qualificada.

41. Casmurro, conhecido como agiota em Cascavel, exige de Pedro, como condição de empréstimo e abusando de sua necessidade, documentos contábeis que demonstram que ele, na condição de sócio administrador, se apropriou de contribuições previdenciárias.

Casmurro cometeu o seguinte crime:

a) Extorsão (art. 158 do CP).

b) Extorsão indireta (art. 160 do CP).

c) Estelionato.

d) Usura.

e) Constrangimento ilegal.

42. Assinale a alternativa incorreta sobre prescrição:

a) Antes de passar em julgado a sentença final, a prescrição não corre, na pendência de embargos de declaração ou de recursos aos Tribunais Superiores, mesmo que admissíveis.

b) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, ainda que o Tribunal do Júri venha a desclassificar o crime.

c) A prescrição não corre enquanto não cumprido ou não rescindido o acordo de não persecução penal.

d) Mesmo que reincidente o condenado, o prazo da prescrição intercorrente não é acrescido de um terço.

e) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

43. Assinale a alternativa correta sobre as teorias da conduta e sua influência sobre a culpabilidade:

- a) Para os neokantistas, o elemento subjetivo dos crimes intencionais é o *bolus bonus*, sendo que Reinhard Frank torna a culpabilidade exclusivamente psicológica, depurando-a dos elementos normativos.
- b) O dolo, contendo em si a consciência atual da ilicitude e a finalidade do agente, é considerado por Hans Welzel parte componente da conduta, e não da culpabilidade.
- c) Para o neokantismo, a descoberta de elementos subjetivos especiais do tipo levam a diferenciação com o causalismo, concebendo a culpabilidade conforme a teoria limitada, contendo em si a potencial consciência da ilicitude, já desvinculada do dolo.
- d) Para o finalismo, o dolo é natural, de modo que Hans Welzel concebe a culpabilidade de modo puramente normativo, contendo os seguintes elementos: imputabilidade, inexigibilidade de conduta diversa e potencial consciência da ilicitude.
- e) A teoria social da ação entende que o dolo é abrangido por um elemento especial, em todo crime, de que haja a intenção de violar o sentimento de justiça da sociedade.

44. Joana Flávia, querendo se apropriar de uma grande quantidade que Sofia Business, sua adversária nos negócios, recebeu em espécie, chamou a amiga para beber logo após ela lhe dizer, feliz, que estava com uma mala de dinheiro. No bar, aplicou um sonífero na bebida da amiga e, assim, subtraiu todo o valor.

Joana Flávia deve responder por:

- a) Extorsão.
- b) Roubo próprio.
- c) Roubo impróprio.
- d) Estelionato.
- e) Furto mediante fraude.

45. Mário Príapo é pai de um adolescente de 17 anos de idade. Um dia, por descuido, recebe a amante em casa e, quando está no meio da relação sexual, é surpreendido pelo filho, que voltou da escola mais cedo do que o habitual.

O adolescente saiu gritando, o vizinho chamou o Conselho Tutelar e Mário, ouvido pela Polícia, confessou ter sentido uma satisfação sexual com a cena.

Analise a melhor conclusão que o Delegado do caso deve tomar:

- a) Indiciar Mário pelo crime do artigo 241-C, por haver uma simulação mental de sexo com adolescente.
- b) Indiciar Mário pela prática do delito de estupro de vulnerável.
- c) Indiciar Mário pela prática do delito de satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.
- d) Indiciar Mário e a amante pela prática do delito de corrupção de menores.
- e) Relatar o inquérito indicando a atipicidade da conduta.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

46. No que concerne às provas, assinale a correta:

- c) A confissão do acusado supre a falta do exame de corpo de delito.
- b) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, somente quando direto, não podendo supri-lo a confissão do acusado
- c) Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, sendo ele direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.
- d) O exame de corpo e delito, direto ou indireto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios, exceto quando há confissão do acusado.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

e) Havendo provas documentais e testemunhais que confirmem a autoria e a materialidade do crime, a realização do exame de corpo de delito é dispensável ainda que possível sua realização, sob pena de nulidade do processo.

47. Sobre a ação penal, assinale a alternativa correta:

a) Ante a inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal, por meio do oferecimento de Queixa-Crime, mesmo nos crimes que são processados mediante ação penal pública incondicionada.

b) Apenas nos crimes que se processam mediante ação penal pública condicionada à representação, inerte o Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal mediante queixa-crime.

c) Somente nos crimes processados mediante ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido oferecer a denúncia.

d) Se o Ministério Público não oferecer denúncia no prazo legal, pode haver ação de iniciativa privada nos crimes de ação penal pública quando se dará a ação penal privada personalíssima.

e) Nos crimes de ação penal pública incondicionada, na inércia do Ministério Público, pode o ofendido dar início à ação penal pública condicionada à representação da vítima.

48. No que diz respeito ao rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, é INCORRETO afirmar que:

a) O rito dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos é aplicável apenas aos crimes funcionais próprios.

b) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

c) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

d) Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.

e) O juiz, antes de receber a denúncia, determinará não só a sua autuação, mas também mandará notificar o agente para apresentar a sua defesa preliminar no prazo de 15 dias.

49. No processo penal, o procedimento se divide em comum e especial. No que tange ao procedimento comum, é correto afirmar que:

a) O procedimento comum se divide entre sumário e ordinário, apenas.

b) O rito sumaríssimo compõe o procedimento especial.

c) O procedimento comum será ordinário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada for igual ou superior a 4 anos de pena privativa de liberdade.

d) O procedimento comum será sumário, quando tiver por objeto crime cuja sanção máxima cominada seja inferior a 3 anos de pena privativa de liberdade;

e) O procedimento sumário é aplicado nos casos de crimes dolosos contra a vida.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

50. Com relação à violência doméstica e familiar contra mulher, bem como o entendimento sumulado dos Tribunais Superiores, considere as assertivas a seguir.

- I. Nos casos de lesão corporal, são vedadas, aos crimes abrangidos pela Lei Maria da Penha, a transação penal prevista na Lei nº 9.099/95 (Juizados Especiais Cíveis e Criminais) e a suspensão condicional do processo.
- II. A prisão preventiva não poderá ser deferida em caso de violência doméstica ou familiar contra a mulher, caso o crime praticado pelo agressor tenha pena máxima em abstrato a ele cominada inferior a 4 (quatro) anos.
- III. É possível a aplicação do princípio da insignificância nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher no caso de crime patrimonial.
- IV. No caso de lesão corporal desdobrada de violência doméstica e familiar contra a mulher, a ação penal será incondicionada, independentemente do grau da lesão.

É correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) III e IV.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV

51. Caso o acusado citado por edital não compareça aos atos do processo nem constitua defensor,

- a) ficará suspenso o processo, mas continuará fluindo o prazo prescricional, podendo ser decretada a prisão preventiva.
- b) deverá ser decretada a revelia do acusado, tramitando o processo na sua ausência e, se for o caso, decretada a prisão preventiva.
- c) deverá ser decretada a prisão preventiva e a suspensão do curso do prazo prescricional.

d) ser-lhe-ão nomeados defensor dativo e curador, que acompanharão, até o trânsito em julgado, o trâmite do processo durante a ausência.

e) ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo ser determinada a produção das provas urgentes.

52. O instituto da busca e apreensão no processo penal é procedimento de natureza eminentemente cautelar, com previsão na Constituição Federal e no Código de Processo Penal, sendo medida restritiva de direitos individuais com o objetivo de acautelamento. É medida excepcional por implicar tanto a quebra da inviolabilidade do domicílio, quanto a inviolabilidade pessoal, em face das garantias constitucionais previstas no art. 5.º, incisos e X e XI, da Constituição Federal. Nesse sentido é correto afirmar que

a) a busca poderá ser domiciliar ou pessoal, entendendo-se a primeira como aquela realizada em residência, bem como em qualquer compartimento habitado, ou aposento ocupado de habitação coletiva ou em compartimento não aberto ao público, no qual alguém exerça profissão ou atividade.

b) A busca pessoal é aquela realizada na própria pessoa, em contato direto com o corpo humano ou pertences íntimos ou exclusivos do indivíduo, como bolsas, malas, veículos, inclusive podendo ser realizada no aparelho celular e informações nele contidas do averiguado, independentemente de mandado judicial.

c) Em se tratando de busca pessoal e havendo fundadas razões para a execução da diligência, esta poderá ser realizada apenas durante o dia, porquanto depende de autorização judicial nesse sentido.

d) A busca domiciliar somente se dará no horário noturno se for consentida pelo morador ou com mandado judicial. Não havendo consentimento deste ou não existindo autorização judicial, a diligência somente poderá ser executada durante o dia, ainda que haja flagrância delitiva.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

e) a busca pessoal não depende de autorização judicial para o seu cumprimento, mas apresenta como requisito essencial e indispensável a certeza de que o indivíduo porte consigo ou em seus pertences armas, instrumentos do crime, objetos necessários à prova do fato delituoso, entre outros.

53. No que diz respeito à citação, é certo que:

a) No processo penal, a citação necessariamente será real, ainda que o Acusado esteja em lugar incerto e não sabido.

b) A citação por mandado se dará por meio dos Correios.

c) A citação por carta precatória dar-se-á quando o réu está em local conhecido, mas fora da jurisdição do juízo processante.

d) A citação por carta rogatória ocorre quando o réu está em local incerto e não sabido.

e) A citação por edital dar-se-á nas situações em que o réu estiver se ocultando ou dificultando a citação.

54. Sobre o procedimento da exceção de suspeição, assinale a alternativa correta:

a) Havendo mais de uma exceção, a arguição de suspeição deverá ser julgada por último.

b) O juiz que espontaneamente afirmar suspeição deverá fazê-lo por escrito ou de forma oral, declarando o motivo legal.

c) Julgada procedente a suspeição, ficarão nulos os atos do processo principal, pagando o Ministério Público as custas, no caso de erro inescusável.

d) Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada apenas por procurador com poderes especiais, aduzindo as suas razões acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas.

e) É cabível a exceção de suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito, as quais não poderão declarar-se suspeita em nenhuma hipótese.

55. No tocante à liberdade provisória, com ou sem fiança, é correto afirmar que

a) a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração punida com detenção.

b) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos.

c) nos casos em que a autoridade policial não puder conceder fiança, esta será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.

d) o valor da fiança será fixado pela autoridade que a conceder nos limites de 20 (vinte) a 200 (duzentos) salários mínimos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada for superior a 4 (quatro) anos.

e) se a situação econômica do preso recomendar, a fiança poderá ser aumentada em até 100 vezes.

56. Nos termos do art. 252 do CPP, o juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que

a) ele próprio ou seu cônjuge ou seu irmão for amigo íntimo de qualquer das partes.

b) for parte entidade associativa ou de classe da qual faça ou tenha feito parte.

c) seu amigo íntimo for credor ou devedor, tutor ou curador de qualquer das partes.

d) tiver funcionado como juiz de outra instância, pronunciando-se, de fato ou de direito, sobre a questão.

e) ele próprio ou seu cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau tiver servido como testemunha.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

57. Com relação à Lei n. 7.960/89, que dispõe sobre prisão temporária, assinale a afirmativa correta.

- a) O prazo da prisão, seja qual for o crime, é de 30 dias prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- b) O prazo, em se tratando de crime hediondo ou assemelhado, é de trinta dias, enquanto nos demais é de cinco dias, não sendo possível a prorrogação.
- c) O juiz poderá decretá-la de ofício, ou a atendendo representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público.
- d) Decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, colocar imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
- e) Os presos temporários, dentro do possível, devem ficar separados dos demais detentos.

58. Com relação à sentença penal, é correto afirmar que

- a) deverá conter, obrigatoriamente, o nome completo das partes.
- b) é sujeita a embargos de declaração, que no rito sumaríssimo devem ser opostos no prazo de 5 (dois) dias.
- c) poderá reconhecer nova definição jurídica do fato descrito na denúncia, sem que seja precedida de aditamento, mesmo que aplique pena mais grave.
- d) fixará valor máximo para reparação dos danos causados pela infração, mas apenas se houver – por exigência legal – expreso pedido da vítima nesse sentido.
- e) não poderá mencionar as circunstâncias agravantes ou atenuantes definidas no Código Penal, pelo Juiz reconhecidas.

59. A respeito do inquérito policial, analise as afirmativas a seguir:

- I. Nos crimes de ação pública, o inquérito policial será iniciado apenas de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público.
- II. Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.
- III. O inquérito, nos crimes em que a ação pública condicionada à representação, poderá ser iniciado de ofício ou mediante representação do ofendido ou de seu representante legal.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente a afirmativa II estiver correta.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

60. João foi denunciado e condenado pela prática do crime de furto qualificado à pena privativa de liberdade de 2 anos e 6 meses de reclusão. Inconformado com a pena aplicada e irrisignado com respeitável decisão proferida pelo juiz sentenciante, o Acusado poderá por intermédio do seu advogado interpor o recurso de:

- a) apelação, no prazo de 5 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 8 dias.
- b) apelação, no prazo de 8 dias, com razões a serem oferecidas no prazo de 5 dias.
- c) apelação, no prazo de 10 dias.
- d) apelação, no prazo de 15 dias.
- e) recurso em sentido estrito, no prazo de 2 dias.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL**Ivan Marques**

61. A respeito do crime de descumprimento de medida protetiva de urgência (art. 24-A, da Lei 11.340/2006), indique a alternativa incorreta:

- a) trata-se de crime afiançável.
- b) está previsto em legislação penal especial.
- c) aplica-se para mulheres.
- d) admite interceptação telefônica.
- e) independe se a medida protetiva foi deferida por juiz cível.

62. O chamado Pacote Anticrime (Lei 13.964/2019) criou, na Lei 9.296/96, o meio de obtenção de prova denominado CAPTAÇÃO AMBIENTAL. A respeito da captação ambiental, aponte a alternativa incorreta sobre a possibilidade legal de utilização:

- a) será cabível quando a prova não puder ser obtida por outros meios disponíveis e igualmente eficazes.
- b) o magistrado está vinculado à existência de elementos probatórios razoáveis de autoria e participação.
- c) será cabível em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos
- d) O requerimento, até por desconhecer o local da captação, não precisa descrever circunstanciadamente o local de instalação do dispositivo de captação ambiental.
- e) será cabível em infrações penais conexas às cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos

63. Não é uma das causas de aumento de pena previsto na Lei de Drogas (art. 40 da Lei 11.343):

- a) a transnacionalidade do delito de tráfico de drogas.

b) sua prática visar atingir adolescente.

c) tráfico interestadual de drogas.

d) emprego de arma de fogo.

e) o traficante ser financiado na prática de suas condutas.

64. Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal, exceto:

a) o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado.

b) a identificação criminal for prescindível às investigações policiais.

c) o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação.

d) constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.

e) o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si.

65. Em relação a imposição e gradação da penalidade por crimes ambientais, a autoridade competente deverá observar, exceto:

a) Sobre o infrator, sua posição de guarda, dever ou vigilância em relação ao meio ambiente.

b) Sobre o infrator, seus antecedentes em delitos ambientais.

c) Sobre o delito, a gravidade do fato tendo em vista os motivos da infração.

d) Sobre o delito, a gravidade do fato tendo em vista as consequências para a saúde pública.

e) Sobre o infrator, a sua situação econômica, no caso de multa.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

66. Sobre a tutela penal das relações consumeristas, são circunstâncias agravantes dos crimes tipificados no Código de Defesa do Consumidor, exceto:

- a) quando utilizam peças usadas sem a autorização do consumidor para reparar produto.
- b) quando cometidos por servidor público.
- c) dissimular-se a natureza ilícita do procedimento.
- d) ocasionarem grave dano individual ou coletivo.
- e) serem cometidos em época de grave crise econômica ou por ocasião de calamidade.

67. Em relação às regras de lavagem de bens, direitos e valores, aponte a alternativa correta:

- a) Os delitos seguirão o procedimento especial da lei de lavagem.
- b) Não admitem competência da Justiça Federal.
- c) Será punível o crime de lavagem, ainda que extinta a punibilidade da infração penal antecedente.
- d) Aplica-se a suspensão do processo e da prescrição para o delito de lavagem, mas não para as condutas equiparadas.
- e) Não se pune a tentativa de lavagem de dinheiro.

68. Não é um crime material contra a ordem tributária, nos termos da súmula vinculante 24 do Supremo Tribunal Federal:

- a) omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias
- b) exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal.
- c) fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal.

d) falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável.

e) elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato.

69. Qual das condutas abaixo não caracteriza uma conduta equiparada ao crime de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito:

a) portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado.

b) possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

c) modificar as características de arma de fogo, de forma a torná-la equivalente a arma de fogo de uso proibido ou restrito ou para fins de dificultar ou de qualquer modo induzir a erro autoridade policial, perito ou juiz.

d) suprimir ou alterar marca, numeração ou qualquer sinal de identificação de arma de fogo ou artefato.

e) adulterar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição.

70. Não faz parte dos requisitos especiais para a progressão de regime de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência:

a) não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa.

b) não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente.

c) ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento.

d) ter cumprido ao menos 1/6 (um sexto) da pena no regime anterior.

e) não ter integrado organização criminosa.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

71. Em relação ao perfil genético do criminoso, aponte a alternativa correta:

- a) O condenado por crime hediondo somente será submetido à identificação do perfil genético se resultar morte da vítima.
- b) O condenado por crime hediondo que não tiver sido submetido à identificação do perfil genético por ocasião do ingresso no estabelecimento prisional, somente será submetido a esse tipo de identificação se praticar novo delito.
- c) Deve ser viabilizado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa.
- d) A autoridade policial poderá requerer, no caso de inquérito instaurado, o acesso ao banco de dados de identificação de perfil genético, independentemente de autorização judicial.
- e) A recusa em submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético caracteriza falta grave, por interpretação jurisprudencial.

72. Os crimes hediondos e os equiparados a eles são insuscetíveis de, exceto:

- a) indulto
- b) fiança
- c) graça
- d) monitoração eletrônica
- e) anistia

73. Qual das condutas típicas expressas no delito de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei 11.343) não está prevista no crime do art. 28, da Lei de Drogas (posse de drogas para consumo pessoal):

- a) adquirir.
- b) guardar.
- c) importar.
- d) tiver em depósito.
- e) transportar.

74. Aponte a alternativa correta a respeito da interceptação das comunicações telefônicas, nos termos da Lei 9.296/96:

- a) O juiz, no prazo máximo de quarenta e oito horas, decidirá sobre o pedido.
- b) A interceptação não poderá ser prorrogada mais de uma vez, devido à ponderação de valores entre a intimidade da pessoa e a verdade processual.
- c) O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal.
- d) Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, somente a autoridade judicial poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
- e) O juiz não poderá decidir a respeito da interceptação telefônica de ofício.

75. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos expressos da Lei 11.340/2006, o juiz poderá aplicar, de imediato, a seguinte medida protetiva de urgência:

- a) comparecimento do agressor a programas de reeducação
- b) divórcio direto
- c) proibição definitiva de visitas aos dependentes menores
- d) cassação do posse de arma de fogo.
- e) destituição do poder familiar.

CRIMINOLOGIA

Luciana Peixoto

76. Sobre o conceito de Criminologia, é correto afirmar que:

a) A ciência do direito é valorativa e normativa, utiliza o método logico-indutivo, ao passo que a criminologia é empírica e dedutiva, baseada em uma análise experimental do "dever-ser".

b) A função básica da criminologia consiste em informar a sociedade e os poderes públicos sobre o delito, o delinquente, a vítima e o controle social, reunindo um núcleo de conhecimentos - o mais seguro e contrastado - que permita compreender cientificamente o problema criminal, preveni-lo e intervir com eficácia e de modo positivo no homem delinquente.

c) Para a criminologia, crime é a ação ou omissão típica, ilícita e culpável.

d) O idealizador e difusor do termo Criminologia foi Cesare Lombroso, na obra "O Homem Delinquente".

e) A criminologia, o direito pela e a política criminal são os três pilares de sustentação do sistema integrado das ciências criminais, sendo que a instalação de novos postes de luz, em local mal iluminado, diante da ocorrência de sucessivos crimes de estupro é exemplo da aplicação do direito penal.

77. A criminalidade eclode no colapso entre a estrutura social e a estrutura cultural, ou seja, enquanto os objetivos e as capacidades culturais determinam que as pessoas busquem os mesmos fins por meios legítimos, a conjuntura social divide desigualmente as oportunidades, impossibilitando que os cidadãos se orientem para alcançar os interesses, valores, propósitos ou fins estabelecidos aos membros da sociedade, fomentando a prática de condutas contrárias ao ordenamento jurídico.

O texto acima faz referência a teoria desenvolvida em qual escola sociológica?

a) Escola de Chicago

b) Teoria da Associação Diferencial

c) Teoria da Anomia

d) Teoria do *Labelling Approach*

e) Teoria da Subcultura Delinquente

78. As Teorias do Consenso defendem que, as pessoas que vivem em sociedade, aceitam as normas vigentes, já que compartilham de objetivos comuns. Assinale a alternativa que contempla as espécies de teorias criminológicas de base sociológicas do consenso:

a) Escola de Chicago, a teoria de associação diferencial, a teoria da subcultura delinquente e a teoria do etiquetamento.

b) Escola de Chicago, teoria da subcultura delinquente, teoria de associação diferencial, teoria da anomia, teoria crítica.

c) Teoria da associação diferencial, teoria crítica e teoria do etiquetamento.

d) Teoria da subcultura delinquente, teoria da anomia, teoria de associação diferencial e Escola de Chicago.

e) Teoria crítica e teoria do etiquetamento

79. Assinale a alternativa correta sobre as várias definições de delinquente para as diferentes Escolas da Criminologia.

a) Para a Escola Clássica o delinquente é um pecador que optou pelo mal, embora pudesse e devesse respeitar a lei.

b) Para a Escola Positiva o livre-arbítrio é uma ilusão, sendo o infrator vítima inocente e fungível da estrutura econômica.

c) Para a Escola Correccionalista o criminoso é um prisioneiro de sua própria patologia (determinismo biológico) ou de processos causais alheios (determinismo social).

d) Para o Marxismo o criminoso não é um ser forte e embrutecido, mas sim um débil, cujo ato precisa ser compreendido e a vontade precisa ser direcionada.

e) Para a Escola Positiva o criminoso não é um ser forte e embrutecido, mas sim um débil, cujo ato precisa ser compreendido e a vontade precisa ser direcionada.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

80. Para Benjamin Mendelsohn, a vítima que participa da "Roleta-Russa" (um projétil é colocado no tambor de um revólver e os participantes giram o mesmo e atiram, uns nos outros, até que ocorre o disparo) pode ser classificada como:

- a) Vítima ideal.
- b) Vítima tão culpada quanto o criminoso.
- c) Vítima mais culpada que o criminoso.
- d) Vítima menos culpada que o criminoso.
- e) Vítima como única culpada.

DIREITO CIVIL

Lhaís Hamid

81. Considere a seguinte situação hipotética: Maria tem 4 filhos. Cláudia, que tem 14 anos de idade. Tiago, com 16 anos de idade. João, que conta com 18 anos de idade e é pessoa com deficiência mental. E Pablo, que tem 21 anos de idade e que não tem o desenvolvimento mental completo. Nos termos do Código Civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei 13.146/15, considera(m)-se relativamente incapaz(es) de exercer, pessoalmente, os atos da vida civil:

- a) Cláudia e Tiago.
- b) Tiago, João e Pablo.
- c) João e Pablo.
- d) Tiago.
- e) Os quatro filhos de Maria.

82. Com relação aos bens públicos, assinale a alternativa correta:

- a) Somente os bens dominicais podem ser usucapidos.
- b) Os bens dominicais são inalienáveis, pois não admitem a desafetação.
- c) Podem ser de uso gratuito ou retribuído.

d) São todos de uso gratuito por pertencerem a todos.

e) Os prédios públicos, as praças e as ruas constituem a categoria de bens de uso especial.

83. Sobre os institutos da posse e da propriedade, assinale a alternativa correta, de acordo com as disposições do Código Civil de 2002.

a) Se o esbulhador for o proprietário do bem, o possuidor nada poderá reclamar e não terá direito à reintegração.

b) O possuidor turbado ou esbulhado da sua posse pode protegê-la por sua força, desde que a reação seja imediata e não exceda o indispensável, hipótese em que não comete ato ilícito civil ou penal.

c) O detentor ou fâmulo da posse tem os mesmos direitos do possuir, podendo, inclusive, ajuizar ação de usucapião.

d) A República Brasileira é capitalista, por essa razão não se admite a perda da propriedade em razão do não uso pelo proprietário.

e) É assegurado ao possuidor de boa-fé o direito à indenização pelas benfeitorias necessárias, úteis e voluptuárias

84. Em tema de responsabilidade civil, assinale a alternativa correta:

a) Responde pela reparação civil aquele que participa do produto do crime, independentemente de culpa.

b) O agente público, objetivamente, se nessa qualidade causar dano a outrem.

c) O direito de exigir reparação civil não se transmite com a herança.

d) As responsabilidades civil e criminal são absolutamente independentes.

e) O empregador não é responsável por dano causado por empregado seu, quando diretamente não deu ao empregado ordens de execução.

85. Em relação à invalidade do negócio jurídico, analise os enunciados seguintes:

- I. O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, mas convalesce pelo decurso do tempo.
- II. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.
- III. A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, nem se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar, e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade ou indivisibilidade.
- IV. Quando a lei não estabelecer o prazo para se pleitear a anulação de um ato anulável, será este de quatro anos, a contar da data da conclusão do ato.
- V. A invalidade da obrigação principal implica a das obrigações acessórias, mas a destas não induz a da obrigação principal.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I, III e V.
- b) I, III, IV e V.
- c) II, III e V.
- d) I, II e III.
- e) II, III e IV.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

86. As normas internacionais sobre direitos humanos podem ser incorporadas ao direito interno brasileiro com diferentes hierarquias normativas. Com base na Constituição Federal e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta:

- a) Os tratados internacionais poderão ingressar no ordenamento brasileiro com status de emenda constitucional, supralegal, lei complementar ou lei ordinária.

b) Os tratados internacionais de direitos humanos firmados antes da Emenda Constitucional nº 45 de 2004 e que foram incorporados como normas infraconstitucionais não poderão ter seu status normativo alterado no ordenamento jurídico.

c) O caráter supralegal de um tratado internacional de direitos humanos implica em porte hierárquico de lei complementar, superior à lei ordinária.

d) A situação hierárquica de um tratado internacional será determinada pelo seu conteúdo e por seu quórum de aprovação.

e) Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

87. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) representa um marco histórico na internacionalização dos direitos humanos, tendo sido proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 1948. Com base na DUDH, assinale a alternativa correta sobre os direitos assegurados:

a) Ainda que o indivíduo autoproclamado cigano, sem sentir-se vinculado juridicamente a um Estado, a ele é garantida a capacidade de gozar dos direitos e liberdades estabelecidos na Declaração, sem qualquer distinção de qualquer natureza ou condição.

b) Não são admitidas distinções fundadas na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa. Em se tratando de território independente, sob tutela, sem governo próprio ou sujeito a qualquer limitação de soberania, será possível estabelecer distinções.

c) Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, sendo vedada a pena de morte.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

d) Todo ser humano acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até o trânsito em julgado de sentença condenatória, submetido a julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias à sua defesa.

e) Todo homem tem direito a uma nacionalidade. Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade, sendo-lhe vedado mudá-la.

88. Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes foi adotada em 1984 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, tendo sido incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro em 1991. Assinale a alternativa sobre a Convenção e suas disposições:

a) Considera-se tortura a imposição de dores ou sofrimentos que sejam consequência de sanções legítimas ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

b) A Convenção permite que determinadas situações que envolvam interesse estatal superior possam ser justificadoras da prática de tortura, caso não se possa obter a informação de outro modo.

c) Cada Estado Parte tomará medidas eficazes de caráter legislativo, administrativo, judicial ou de outra natureza, a fim de impedir a prática de atos de tortura em qualquer território sob sua jurisdição.

d) A ordem de um funcionário superior ou de uma autoridade pública poderá ser invocada como justificção para a tortura, isentando de pena o agente. Nesse caso, a responsabilidade recairá sobre a autoridade.

e) O Estado Parte, no exercício de sua soberania, poderá expulsar, devolver ou extraditar uma pessoa para outro Estado ainda que existam razões para crer que a mesma corre perigo de ali ser submetida a tortura. Somente no caso de comprovação é que não se procede à expulsão, devolução ou extradição.

89. Uma das características dos direitos humanos é a historicidade, ou seja, tais direitos não surgiram ao mesmo tempo, sendo incorporados aos poucos e, por isso, é possível distinguir suas gerações e dimensões. Desse modo, pode-se afirmar corretamente que

a) Os direitos humanos de 1ª dimensão (ou 1ª geração) são aqueles relacionados à liberdade, fortemente influenciados pela concepção político-econômica liberal. São exemplos de direitos que surgem nesse período: direito à saúde e ao trabalho.

b) Os direitos humanos de 2ª dimensão, relacionados à busca por igualdade na sociedade, sofrem influência do momento histórico de saída do Estado Liberal para o Estado Social. Desse modo, são exemplos desses direitos os direitos de liberdade de expressão e políticos.

c) A 3ª dimensão dos direitos humanos apresenta-se ligada ao sentimento de fraternidade entre os indivíduos. Em razão do cenário pós-guerra, percebe-se a preocupação com a tutela da democracia, o direito à informação e o respeito ao pluralismo político.

d) A 4ª geração dos direitos humanos, de acordo com o doutrinador Norberto Bobbio, está relacionada ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao direito do consumidor e a proteção do patrimônio histórico-cultural.

e) Para o doutrinador brasileiro Paulo Bonavides, a 5ª geração dos direitos humanos está relacionada ao direito à paz, principalmente em razão dos atentados terroristas às Torres Gêmeas de 11 de Setembro de 2011".

90. O Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), previsto no §5º do artigo 109 da Constituição Federal, foi acrescentado pela Emenda Constitucional nº 45/2004. Com base na previsão constitucional e no posicionamento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

a) Apesar de introduzido em 2004, o Superior Tribunal de Justiça ainda não admitiu nenhum incidente de deslocamento de competência, dado o compromisso que a nossa República assume em relação à observância dos direitos humanos.

b) O IDC possui natureza processual, com características de excepcionalidade e subsidiariedade, sendo cabível diante de grave violação de direitos humanos previsto em tratado internacional do qual o Brasil seja signatário e diante de risco de responsabilização internacional do País em razão de incapacidade das autoridades locais para realizar a investigação ou julgamento das violações aos direitos humanos.

c) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

d) O IDC é o único instrumento previsto na Constituição que possibilita que a União cumpra as obrigações internacionais assumidas na defesa dos direitos humanos.

e) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, desde que em fase processual, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

INFORMÁTICA

Ranielison dos Passos

91. Com relação as configurações dos aplicativos de Correio Eletrônico, se um e-mail que está sendo editado pelo usuário for interrompido durante o processo e não for enviado para o remetente, essa mensagem ficará à disposição do usuário na pasta:

- a) Caixa de Entrada
- b) Itens Enviados
- c) Rascunhos
- d) RSS Feeds
- e) Lixo Eletrônico

92. Em uma planilha do Calc 6, versão em português, instalação padrão, as células A1, B1, C1 e D1 apresentam os seguintes conteúdos:

	A	B	C	D
1	A	B	C	D

Qual será o resultado produzido na célula E1 caso, nessa célula, seja inserida a fórmula =CONCATENAR(A1;B1;C1;D1).

- a) ABCD
- b) A,B,C,D
- c) A;B;C;D
- d) A-B-C-D
- e) A B C D

93. Nos Navegadores de Internet atuais, os Web Browsers, quando acessados alguns sites específicos poderá ser apresentado um ícone de cadeado junto à Barra de endereços. Esse ícone indica que:

- a) o site acessado é livre de ataques de vírus.
- b) o acesso aos dados particulares no site do internet banking não precisam ser protegidos por login e senha.
- c) a navegação está sendo realizada de forma anônima, sem deixar rastros de navegação.
- d) a conexão do navegador com o site requerido é segura, normalmente com uso de certificação digital.
- e) o site apresenta restrição de acesso a determinados tipos de usuários.

94. Durante o processo de edição de texto no aplicativo Writer, na sua configuração padrão e instalação em português, é possível aplicar cabeçalhos e rodapés diferentes em várias páginas de um mesmo documento. Para isso, é necessário que o usuário realize uma _____ nas páginas que desejar aplicar essas formatações diferentes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) quebra de tabulações
- b) quebra de colunas
- c) quebra de margens
- d) quebra de sessão
- e) quebra manual

95. No sistema operacional Linux Ubuntu, para listar os arquivos do diretório atual deverá ser utilizado o comando

- a) ls
- b) mkdir
- c) cat
- d) ps
- e) top

MEDICINA LEGAL

Paulo Bilynskyj

Em um local de crime na cidade de Curitiba-PR, foi encontrado o corpo de uma mulher com as seguintes lesões: marcas ungueais na região lateral do pescoço e do peito, equimoses elípticas, hematomas pelos braços, além de uma ferida ocasionada por disparo de arma de fogo na lateral direita do crânio, apresentando formato "estrelado" com a pele virada para fora.

Com base no trecho acima, resposta às questões 01 e 02.

96. Assinale e alternativa correta:

- a) Os sinais presentes na região do pescoço da vítima indicam que houve a prática de estrangulamento pelo agressor.
- b) As marcas ungueais são exemplo de lesão incisa.
- c) A equimose é um tipo de lesão contusa fechada, na qual o sangue se aglomera em determinado ponto, formando bolsas.
- d) As lesões presentes no pescoço da vítima indicam que o houve processo de esganadura, espécie de asfixia mecânica.
- e) Hematoma é uma equimose extensa, que se espalha pela superfície do corpo.

97. O nome atribuído ao tipo de ferimento descrito no trecho apresentado é:

- a) Sinal de Benassi.
- b) Câmara ou boca de mina de Hoffman.
- c) Tronco de Bonnet.
- d) Sinal de Puppe-Werkgaertner.
- e) Zona de chamuscamento.

1º Simulado - Delegado da PCPR 25-04

Em diligência, após informação acerca de corpo abandonado em um matagal, policiais encontraram o cadáver de um rapaz jovem em posição de "lutador" e com livores na região dorsal.

98. Com base na situação apresentada, assinale a alternativa correta:

- a) Os livores cadavéricos começam a se instalar após de corridas seis horas da morte.
- b) A posição de boxeador se dá devido ao fenômeno cadavérico chamado algor mortis.
- c) Segundo a Lei de Nysten, há uma ordem de instalação e de dissolução da rigidez cadavérica, iniciando-se pela face, mandíbula e pescoço.
- d) As manchas de hipóstase, também conhecidas como "livor mortis", são fenômeno abiótico imediato.
- e) A fixação das manchas de hipóstases, via de regra, ocorre após 24 horas do óbito.

99. Morte produzida por asfixia, em que o laço é acionado pelo próprio peso da vítima, apresentando a vítima: cianose facial e protusão de língua. Com base nessas informações, assinale a alternativa que contém o tipo de asfixia e uma das características do sulco produzido:

- a) Esganadura - único.
- b) Enforcamento - profundidade uniforme.
- c) Estrangulamento - oblíquo.
- d) Estrangulamento - contínuo.
- e) Enforcamento - descontínuo.

100. Durante a manutenção em uma rede elétrica debaixo de chuva, um funcionário da empresa distribuidora de energia sofreu uma descarga elétrica ocasionada por um raio. No pronto atendimento foi identificada uma lesão com aspecto arboriforme.

No caso narrado, aponte o tipo de ação da eletricidade e a lesão descrita:

- a) Eletrocussão e Sinal de Joule.
- b) Fulguração e Marca de Jellinek.

- c) Fulguração e Sinal de Lichtenberg.
- d) Eletroplessão e Marca de Jellinek.
- e) Fulminação e Sinal de Lichtenberg.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PC-PR-25-04-20>



Estratégia
Conheça nossos cursos
Carreira Jurídica

[**Cursos para Delegado da PCPR**](#)